



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

DISCUSSÕES EM SOLO RONDONIENSE: (RE)PENSANDO O CURRÍCULO ESCOLAR NOS TERRITÓRIOS DA LINGUAGEM ATRAVÉS DA FORMAÇÃO CONTINUADA PNEM

Esp. Mirian de Oliveira Bertotti (1); Esp. Maria Goreth Araújo Reis (2); Esp. Ricardo Bussons da Silva (3); Esp. Suelene da Silva Batista (4); Robson Fonseca Simões (5).

Universidade Federal de Rondônia/ UNIR, e-mail: mirian.bertotti@ifro.edu.br

Universidade Federal de Rondônia / UNIR, e-mail: goreth.reis@ifro.edu.br

Universidade Federal de Rondônia / UNIR, e-mail: ricardo.bussons@ifro.edu.br

Universidade Federal de Rondônia / UNIR, e-mail: suelene.batista@ifro.edu.br

Universidade Federal de Rondônia/ UNIR, e-mail: fonsim2000@gmail.com

Resumo: Este artigo mira colocar em cena a formação docente ocorrida em terras rondonienses: “Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio – PNEM”. As reflexões aqui tratadas, ainda que parciais, são um convite para ampliarmos a nossa compreensão sobre este programa de formação continuada nos territórios da Linguagem. Para esta discussão tomamos como fontes de estudo os documentos norteadores do programa e os cadernos de formação oferecidos aos docentes. Uma caracterização sobre o perfil e a organização do programa são apresentados a fim de que possamos entender que o objetivo da formação é tornar a escola como *lócus* para discussões no campo do currículo. Na sequência apresenta-se o momento da formação continuada como instrumento de construção da identidade profissional, já que o programa possibilita momentos de ações coletivas que direcionariam uma (re)organização pedagógica da escola e, por fim, a (re)discussão na área de Linguagem, especialmente Língua Portuguesa, de diferentes abordagens pedagógico-curriculares. Desta forma e sem a pretensão de esgotar o debate, este texto considera a formação docente ocorrida nas escolas estaduais rondonienses um espaço importante para o (re)pensar do currículo e de seus componentes curriculares nas veredas da língua.

Palavras - chave: Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Currículo. Língua portuguesa.

1. INTRODUÇÃO

O olho vê, a lembrança revê, a imaginação transvê. É preciso transver o mundo.

Manoel de Barros

A epígrafe deste texto nos instiga a mergulhar na escrita poética de Manoel de Barros, entender que a imaginação possibilita-nos transver o mundo; ir além do que está exposto. Nesse sentido, trazer à tona as reflexões sobre as políticas de formação continuada do professor de língua portuguesa em Rondônia constitui uma possibilidade, uma tentativa de iluminar a discussão acerca das dimensões pedagógicas e políticas; fazem andar o carrossel dos desafios encontrados pelos educadores de língua



materna.

(Re)discutir as questões sobre a fala e a escrita é um caminho que pode contribuir para uma prática reflexiva sobre o ensino da Língua portuguesa. É nesse sentido que o Ministério da Educação procura convidar os professores de Língua Portuguesa que atuam com os sujeitos do Ensino Médio a ver com outros olhos as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais (2012), sugerindo ações pedagógicas com a língua materna que contemplem a pluralidade, os contextos e a situacionalidade das práticas sociais e educativas da área de Linguagens, abrindo espaço para um processo de aprendizagem significativo e crítico, resultante da participação democrática dos sujeitos envolvidos na escola - docentes funcionários e comunidade – e das buscas de conhecimento. Essa parceria intitulada Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) foi lançada em 2013, e busca trazer à baila subsídios para se (re)pensar o currículo escolar e seus respectivos componentes da área de Linguagens.

O fomento para o desenvolvimento de práticas educativas e a busca de um currículo voltado para a formação integral concatenam-se com as críticas que se tecem ao ensino tradicional da Língua Portuguesa nos últimos 50 anos (FARACO 2008), desencadeando inúmeras discussões sobre a prática curricular.

Mais do que apenas levantar questionamentos sobre o papel da linguagem e da língua no processo educacional escolar, o programa Pacto pelo fortalecimento do ensino médio procura instigar no docente a busca por uma reflexão crítica da sua prática educativa.

O objetivo deste trabalho, portanto, é procurar trazer à tona algumas considerações sobre esta política educacional implantada em Rondônia, o programa de formação, “Pacto pelo fortalecimento do ensino médio”, a sua proposta de um redesenho curricular, e de que forma seus subsídios teóricos enfatizaram as discussões sobre os componentes curriculares que enfocam as representações de mundo, as formas de ação e as manifestações das linguagens, entendendo-as como constitutivas das práticas sociais e, ao mesmo tempo, por elas constituídas.

2. METODOLOGIA

A abordagem adotada é qualitativa, possibilitando ao pesquisador qualificar e atribuir significações ao seu objeto de estudo que não podem ser quantificados, uma vez que a formação tem impactos subjetivos na práxis do docente participante. Os objetivos serão atingidos através de pesquisa bibliográfica buscando referenciais teóricos já analisados e publicados em fontes variadas, estes apoiarão as análises



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

dos objetos da pesquisa: os cadernos formadores dos cursistas, documentos orientadores e relatório final do programa. Toma como foco a formação continuada Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio em Rondônia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. PNEM: O PERFIL DO PROGRAMA

O programa Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído pela Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013 é uma iniciativa federal que se soma a outras políticas educacionais nacionais desenvolvidas especificamente para esta etapa do ensino. Ancorado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Parecer CNE/CEB 05/2011 e Resolução CNE/CEB 02/2012 e voltado à formação do docente, colocou em pauta discussões sobre o currículo escolar e abordagens pedagógico-curriculares que correspondessem às expectativas dos sujeitos abarcados na última etapa da educação básica.

A última etapa da Educação Básica precisa assumir, dentro de seus objetivos, o compromisso de atender, verdadeiramente, a todos e com qualidade, a diversidade nacional com sua heterogeneidade cultural, de considerar os anseios das diversas juventudes formadas por adolescentes e jovens que ocorrem à escola e que são sujeitos concretos com suas múltiplas necessidades (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, BRASIL, 2002, p.170).

Essa necessidade de atender e considerar a heterogeneidade dos sujeitos do ensino médio está pautada no ideário de educação integral, estabelecida nos documentos norteadores educacionais das diretrizes, uma educação que elege como constituintes dessa integralidade os campos do trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Entendendo o docente como eixo fundamental no processo educativo, o programa de capacitação e formação é resultante de parcerias entre governo federal, governo estadual, universidades e docentes. Durante o período que foi desenvolvido, de 2013 a 2014, a coordenação geral coube a equipe da Universidade Federal do Paraná, instituição responsável tanto pelos encontros interinstitucionais, quanto pela elaboração dos cadernos de formação.

As páginas do documento orientador do PNEM abriram portas na tentativa de se compreender melhor este projeto de formação continuada que se desenvolveu em vários estados do país incluindo Rondônia. Intitulado como “Documento Orientador das ações de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio em 2014”, possui dados gerais do curso, a organização, o público-alvo, as atividades informativas



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

previstas, o detalhamento do processo formativo na escola e os critérios para constituição das equipes de formação.

O PNEM realizou quatro seminários nacionais, três seminários estaduais, três reuniões técnicas. A formação continuada dos docentes e supervisores do quadro da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia ocorreu em duas etapas. Para cada momento de discussão e compartilhamento de ideias e experiências havia uma equipe com funções distintas, perfis e atividades pré-determinadas; juntos, avançavam no debate com o objetivo de aprofundar as discussões sobre a articulação entre conhecimentos das diferentes disciplinas e áreas, a partir da realidade escolar. Os integrantes envolvidos no programa receberam um auxílio financeiro de incentivo ao estudo e pesquisa, os valores variavam de R\$ 2.000,00 a R\$ 200,00 de acordo com a função exercida dentro do programa de capacitação.

As linhas do documento orientador do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (2014) anunciavam a metodologia do curso cuja proposta era compreender o professor como um sujeito epistêmico, que elabora e produz conhecimentos com base na compreensão da realidade e nas possibilidades de transformação da sociedade. Com dois momentos distintos, a formação ocorria na própria escola.

A primeira etapa foi composta por atividades individuais.

Primeira Etapa: será apresentado um conjunto de temas fundamentados nas DCNEM, para subsidiar a formação continuada do professor. O objetivo é possibilitar a compreensão das diretrizes curriculares nacionais, criando-se um espaço para a reflexão coletiva sobre a prática docente e a importância da participação de todos os atores do processo educativo na reescrita do Projeto Político Pedagógico da escola – PPP. (Documento orientador das ações de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio em 2014, p.8, 2014. Pág. 08).

O professor organizava o seu próprio tempo institucional para a leitura dos textos básicos do curso e apresentava os registros das reflexões realizadas durante suas leituras nas discussões com o grupo na escola. Os pactuandos do Ensino Médio envolviam-se em discursos que fomentavam a importância de uma educação voltada à omnilateralidade, à gestão democrática e ao projeto político pedagógico da escola, construída através de repensar do currículo.

Os cadernos de formação da etapa I abordavam os seguintes eixos temáticos: Ensino médio e formação humana integral; O jovem como sujeito do ensino médio; O currículo do ensino médio, seus sujeitos e o desafio da formação humana integral; Organização e gestão democrática da escola; Áreas de conhecimento e integração curricular e avaliação.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A segunda etapa foi composta por atividades coletivas e organizou-se em dois eixos temáticos: organização do trabalho pedagógico no ensino médio e áreas de conhecimento e seus respectivos componentes curriculares.

Vale destacar que a segunda etapa compreende o estudo aprofundado das áreas de conhecimento e suas articulações com os princípios e desenho curricular das DCNEM e dos Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento: Ciências Humanas (Sociologia, Filosofia, História e Geografia); Ciências da Natureza (Química, Física, Biologia); Linguagens (Língua Portuguesa, Artes, Educação Física, Língua Estrangeira Moderna); e Matemática. Nessa etapa, devem-se contemplar, ainda, a análise e a reescrita coletiva do projeto político-pedagógico da escola e uma reflexão específica sobre a diversidade no sentido de garantir os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento para todos os educandos. (Relatório final PNEM p.04)

Nas duas etapas da formação o orientador de estudo proporcionava, através de subsídios teóricos e ações metodológicas, reflexões e ações pedagógicas que envolvessem a elaboração de uma proposta que contemplasse a pluralidade, os contextos e a situacionalidade das práticas sociais e educativas. As atividades desenvolvidas no programa alimentavam um sistema online administrado pelo Ministério da Educação, o SISMédio.

O SISMédio pode ser acessado de qualquer computador conectado à rede mundial de computadores, Internet. Trata-se de importante ferramenta tecnológica, que proporciona agilidade e transparência aos processos de elaboração, análise e monitoramento das ações do Pacto. O pagamento de bolsas condiciona-se à avaliação (com base em critérios de frequência e desempenho) e aprovação dos participantes no SISMédio e à inexistência de pendências no Sistema Geral de Bolsas - SGB. (Documento orientador das ações de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio em 2014, p.8, 2014. p. 21)

Desta forma articulavam-se a participação dos pactuandos, o desenvolvimento das atividades com as bolsas de incentivo a pesquisa, e evitava-se a evasão do curso. Devido à grande extensão territorial de Rondônia e as especificidades do estado, a equipe gestora do programa decidiu dividir o estado em regiões alocando para cada área um formador regional, o qual era o responsável pela formação dos orientadores de estudo e oferecia os subsídios teóricos necessários. Em solo rondoniense, o PNEM capacitou 20 formadores regionais, 224 orientadores de estudo e 4.004 educadores da zona rural e urbana em exercício (Relatório final PNEM).

Nesse contexto, iniciou-se uma tentativa de construir por meio de ações coletivas direcionamentos curriculares que conduzissem para um processo de aprendizagem significativo.



3.2. FORMAÇÃO DOCENTE E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

“A questão crucial da educação, portanto, é a formação do educador. Como educar os educadores?” As escritas poéticas de Rubem Alves (2011) fazem um chamamento para os personagens principais do PNEM: os educadores e as suas práticas. Como momentos propiciados pela formação continuada auxiliam na construção de uma identidade profissional? E como podem contribuir para melhoria de práticas pedagógicas dos educadores?

Pimenta (2002) ressalta a necessidade de se definir uma identidade profissional que corresponda às demandas do processo formativo exigido pela sociedade contemporânea: “que professor se faz necessário para as necessidades em uma escola que colabore para os processos emancipatórios da população?” Sua indagação leva-nos a uma reflexão sobre a tomada de novas posturas docentes para o enfrentamento de questões que transitam nos processos de ensino-aprendizagem e como a tomada consciente da decisão pedagógica reflete no papel da escola.

Ao nos apropriarmos da percepção de volatilidade dos sujeitos e das situações é que percebemos que a identidade profissional docente também não é algo imutável, é um processo de construção, reconstrução, de assunção do significado social da profissão. Pimenta (2002) é enfática ao afirmar que:

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque prenes de saberes válidos às necessidades da realidade. Do confronto entre teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. (Pimenta, 2002, p.19)

A construção da identidade docente se faz paulatinamente com a atribuição de significados a sua profissão. Ocorre de forma concomitante e deve ser concebida não apenas em termos de individualidade, mas como uma situação aberta, flexível, isto é, momento do indivíduo em contínuo intercâmbio e interatividade com o coletivo, ressaltando assim, a importância de espaços de formação continuada docente para construção da identidade profissional.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Brzezinski (2002) alicerça essa afirmação quando ressalta que identidades profissionais apoiam-se em saberes específicos, pedagógicos, nas experiências intra e extrassala de aula e ressalta:

“os profissionais devem atualizar, aprimorar e aprofundar os conhecimentos permanentemente para acompanhar as inovações do campo educacional, portanto a formação continuada é um processo essencial nesta construção, identidade profissional e formação continuada estão entrelaçadas. (Brzezinski, 2002, p.131)

Assim, entendemos a expressão formação continuada como um aperfeiçoamento de uma formação já obtida outrora pelo docente, promovendo oportunidades para renovar procedimentos metodológicos, ampliar os repertórios teóricos e apropriar-se de outros discursos que permeiam o ambiente educativo.

No PNEM-RO, as etapas da formação continuada apropriaram-se da escola, na qual os educadores estavam inseridos, como *lócus* da formação, o programa propôs-se o voltar dos olhos aos sujeitos e situações próprias de cada instituição escolar, salientando a responsabilidade social de todos os envolvidos no processo. Aqui, cabe o destaque para as proposições de Nóvoa (s/d):

(...), a ideia da escola como o lugar da formação dos professores, como o espaço da análise partilhada das práticas, enquanto rotina sistemática de acompanhamento, de supervisão e de reflexão sobre o trabalho docente. O objetivo é transformar a experiência coletiva em conhecimento profissional e ligar a formação de professores ao desenvolvimento de projetos educativos nas escolas. (NÓVOA, s/d, p.7)

Ao adotarmos esse posicionamento do autor é possível entender que na formação continuada do Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio, o educador tenha sido reconhecido como um sujeito epistêmico, aquele “que elabora e produz conhecimentos com base na compreensão da realidade e nas possibilidades de transformação da sociedade”(Documento orientador do PNEM, 2014, p. 5), momentos oriundos de discussões que possibilitam a construção da identidade profissional dos educadores e o reconhecimento de sua *práxis* como instrumento para uma aprendizagem significativa.

3.3. ENSINO DE LÍNGUA E LINGUAGEM: DIÁLOGOS COM A VIDA

Entendido a organização do programa e sua relevância para constituição do “ser” professor, já que propõe uma prática reflexiva, voltemo-nos para o (re)arranjo curricular estipulado pelas DCNEM (2012) e proposto pela formação. O programa de formação oferecia aos cursistas subsídios teóricos que discorriam sobre a



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

importância do currículo dentro da instituição escolar, de ações pedagógicas que entendiam os componentes curriculares como itens interligados e propunham um ensino contextualizado, interdisciplinar e pluralizado.

O programa de formação continuada PNEM ofereceu aos cursistas, o material de apoio, voltado especificamente a área de conhecimento da língua intitulado Linguagens. Conforme descrito pela DCEM (2012), a área de Linguagens compreende os seguintes componentes obrigatórios: Língua Portuguesa; Língua materna para populações indígenas; Língua estrangeira moderna; Arte e Educação Física.

Os temas apresentados no caderno de formação ressaltavam a importância de se buscar metodologias que contemplassem a pluralidade, contextos significativos e criticidade ratificando assim a importância desta área e de seus campos para os sujeitos abarcados pelo nível médio

(...) essa área ganha um núcleo definidor à medida que todos os seus componentes se voltam para os conhecimentos e saberes relativos às interações e às expressões do sujeito em práticas socioculturais. Ou seja, como área, todos os componentes curriculares arrolados acima, de algum modo, enfocam as representações de mundo, as formas de ação e as manifestações de linguagens, entendendo-as como constitutivas das práticas sociais e, ao mesmo tempo, por elas constituídas. (Formação de professores do ensino médio, Etapa II - Caderno IV, 2014, p. 7)

O elo entre os componentes curriculares é o uso da linguagem como parte do processo de ensino e de aprendizagem, como elemento fundamental de atuação do sujeito em práticas sociais diversas, Koch (2003, p. 7), de forma simplista, delimita a linguagem “como forma de ação ou interação”, o ser humano é percebido como produto das relações e ações sociais, que vai construindo suas capacidades discursivas ao mesmo tempo em que vai se constituindo como sujeito em modos e tempos diversos através do convívio com outras vozes, outros entendimentos e pontos de vista diferenciados.

Ao compreender a amplitude dessa concepção, exige-se o desenvolvimento de atividades educativas que façam sentidos aos sujeitos, “eles precisam ser contemplados em uma interação autêntica, onde haja espaço para as opiniões, os debates, as decisões” (PNEM, Etapa II - Caderno IV, 2014, p. 16). Apoiando-se nesse ideário, a formação instiga os educadores a transporem a visão mimética do currículo, e convida os docentes de língua portuguesa a repensarem suas práticas educativas, muitas delas baseadas em um ensino imitativo e reprodutivo.

O programa de formação sugeria seis conhecimentos abarcados pela área de Linguagens: a) a organização e o uso crítico das



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

diferentes linguagens; b) a cultura patrimonializada local, nacional e internacional; c) a diversidade das linguagens; d) a naturalização/desnaturalização das linguagens nas práticas sociais; e) a autoria e o posicionamento na realização da própria prática; f) o mundo globalizado, transcultural e digital e suas práticas de linguagem; que, quando arrolados no contexto do ensino médio, poderiam contribuir com os direitos de aprendizagem, conceituados como: “experiências as quais os estudantes terão acesso e aos tipos de saberes que constituirão(...)”e também: “modos de ampliar os saberes que permitam aos estudantes realizar e analisar criticamente uma variada gama de práticas de diferentes esferas sociais” .”(PNEM, Etapa II - Caderno IV, 2014, p. 19)

Esse direito ao conhecimento das variadas possibilidades de linguagem também pode ser percebido nos estudos de Antunes (2009) que focalizavam especialmente a Língua Portuguesa, já destacavam a importância de se direcionar o ensino da língua a atividades centradas na prática discursiva baseadas em funções comunicativas e contextos culturais diversos, e sobre isso alertou:

(...) já contamos com elementos a partir dos quais podemos traçar um caminho de ensino de língua que se distancie da mera exploração da metalinguagem, com suas nomenclaturas e classificações infundáveis e que seja centrado nas funções sociais de interação verbal. (ANTUNES, 2009 p. 233)

Faraco (2008), em estudos anteriores, fazia um chamamento sobre a necessidade de que os docentes realizassem com os educandos uma ação reflexiva sobre a língua, “integrando as atividades verbais e o pensar sobre elas”, destacando ainda “a imensa variedade de formas expressivas alternativas à disposição do falante”. E ainda ressaltava: “Refletir sobre a estrutura da língua e sobre seu funcionamento social é atividade auxiliar indispensável para o domínio fluente da fala e da escrita ” (FARACO, 2008, p.157).

Nesse contexto, a capacitação abriu espaço para que o fazer pedagógico dos professores de língua, pudesse ser tomado como um posicionamento ético e social frente às inúmeras formas de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos e que o currículo não é um espaço neutro, é uma construção política com reflexos em todos os envolvidos no ato educativo dentro da instituição escolar.

4. RUMO ÀS AÇÕES PEDAGÓGICAS DIFERENCIADAS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento acelerado das inúmeras tecnologias e, conseqüentemente, da nossa sociedade é natural que outras necessidades e



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

habilidades surjam no campo educacional e evoquem dos sujeitos competências para entendê-las e manipulá-las; esta necessidade por processar linguagens é um assunto da Educação; tem reflexos na escola, sobretudo nos

sujeitos do Ensino Médio, que buscam na instituição escolar saberes que contemplem conhecimentos necessários às interações e às expressões nas práticas sociais. Por estes motivos, não é difícil entendermos que as ações educativas fragmentadas não atendem as expectativas sociais contemporâneas; o que pode novamente nos remeter ao poeta Manoel de Barros; é preciso transver o mundo.

As novas políticas educacionais, diretrizes curriculares, planos de educação, programas governamentais ampliam o debate democrático nos territórios da Educação, fazendo andar a nova organização curricular para alcançar o ideário da educação integral. Nesse contexto, a formação continuada docente deve ser uma bandeira de luta e de força dos professores.

O programa citado nesta pesquisa visou o estímulo ao debate sobre a organização curricular desenhada pelas DCNEM (2012), a responsabilidade dos educadores nas práticas pedagógicas da escola e a tomada de uma *práxis* reflexiva. Apesar de serem reflexões iniciais que se debruçam em documentos oficiais sobre Pacto Nacional do Ensino Médio, é louvável a ação formadora tomar como locus de formação a escola, para que os docentes percebam e sintam-se como parte integrante e modificadora do ambiente escolar. Também é relevante se considerarmos que no estado de Rondônia; as políticas de capacitação exclusiva para docentes de nível médio são raras (FREITAS, 2015).

Vale ressaltar ainda, o incentivo financeiro à pesquisa e ao estudo, que de certa forma, garantiram a permanência no programa, pois ambos estavam atrelados conforme portaria regulamentar do programa. No que tange ao ensino de língua, as atividades do caderno de formação sobre Linguagens procuraram ampliar as possibilidades de um ensino contextualizado, priorizando a interação verbal e as inúmeras situações comunicativas, tinham como objetivo despertar a sensibilidade de professores e coordenadores para o desenvolvimento de uma organização curricular que privilegie o trabalho transdisciplinar.

Ao instigar discussões necessárias aos docentes sobre a prática e a organização da escola, o Pacto Nacional para o Fortalecimento do Ensino Médio em Rondônia vislumbrou alcançar horizontes nunca antes navegados, permitindo que os educadores (re)pensem as suas práticas educativas, vistas como atitudes éticas, políticas e sociais e por isso, emancipadoras. Ainda há muitas indagações sobre o a efetividade do programa, e esses questionamentos



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

podem ser norteadores para a continuação de trabalhos investigativos, dos quais se nutre a prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. A formação do educador. Disponível em: <http://revistaeducacao.com.br/textos/124/artigo234219-1.asp>. Acesso: 21/12/2015

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo. Parábola Editorial, 2009

BRASIL. **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional**. (Lei nº 9.394 promulgada em 20/12/1996): Editora do Brasil. 1996

BRASIL. **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação** (Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.html. Acesso em: 22/12/2015

_____. Plano Nacional de Educação (Projeto de Lei nº 8.035, de 2010). Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>. Acesso em: 22/12/2015

_____. Diretrizes e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192. Acesso: 04/01/2016

_____. Documento de apresentação do pacto. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pacto_fort_ensino_medio.pdf. Acesso: 15/01/2016

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno III: o currículo do ensino médio, seu sujeito e o desafio da formação humana integral**. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.

_____. **Formação de professores do ensino médio, Etapa II - Caderno IV: Linguagens**. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2014.

BRZEZINSKI, Íria. **Profissão professor, identidade e profissionalização docente**. Brasília. Plano Editora. 2002.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

FREITAS, Sirley Leite. **Formação Continuada e Transformação da Prática Pedagógica: Estudo com Docentes de Ensino Médio Em Rondônia**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação - MEPE), Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 8. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Documento orientador das ações de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio em 2014**. 2014.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

NÓVOA, António. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão**. Disponível em: http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf. Acesso: 13/01/2016.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. P.15-34. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª Ed. Porto Alegre: Arned, 2000.